SÍNTESE SOCIAL

AS INUNDAÇÕES DE JANEIRO E O PROBLEMA DAS FAVELAS

As chuvas torrenciais que atingiram o Estado da Guanabara e algumas cidades fluminenses no início de janeiro determinaram forte impacto na opinião pública. No Rio, especialmente, a catástrofe permitiu que a cidade tomasse consciência do profundo dualismo que a divide: existe o Rio instalado, que mora em condições de segurança e conforto, e existe o Rio acampado, em condições tão precárias que uma chuva mais forte pode ser, para êle, fatal. O impacto despertou reservas ocultas de solidariedade: organizaram-se abrigos, mobilizaram-se recursos (inclusive de países amigos), suscitou-se uma admirável dedicação para minorar as aflições dos desabrigados. Agora, a certa distância dos fatos, SÍNTESE procura avaliar suas conseqüências e ponderar algumas das soluções propostas, mas pretende sobretudo perguntar: por quanto tempo, ainda, ficaremos apenas em avaliações e ponderações?

EM 10 de janeiro começou a cair sobre o Rio de Janeiro uma chuva intensa. Disseminada sobre a maior parte da cidade, com uma precipitação pluviométrica por minuto muito forte (choveu mais de 400 mm, a chuva de 1 ano no Nordeste seco), parecia a princípio uma dessas "chuvas de

verão", freqüentes nesta zona, cuja intensidade se compensa pela pequena duração. Contudo, em pouco se cessou a expectativa de se estar diante de um fenômeno comum. A chuva continuou, praticamente sem interrupção, sua violência permaneceu, sua difusão pelos vários bairros da cidade se

acentuou. E por três dias — 10, 11 e 12 — foi o Rio *vítima* (é o termo) de um temporal de efeitos catastróficos.

Por toda parte, eram ruas que se enchiam, subindo o nível das águas a um metro, metro e meio, e mais, invadindo casas, arrastando móveis, desarvorando veículos, formando torrentes nas ruas de maior declive, desbarrancando morros, destruindo barracos e prédios, desabrigando moradores.

Pôde-se afirmar que nunca a cidade fora vítima de maior cataclismo. Arrombadas as portas (no caso, seriam antes as comportas), cogitou-se de todos os lados de pôr-lhes tranças, as mais variadas, às vezes as mais fantasistas.

DADOS ESTATÍSTICOS

No momento, menos do que as soluções, importa-nos avaliar as conseqüências do mal.

Para isso, utilizaremos o interessante trabalho, publicado pelo IBGE (Conselho Nacional de Estatística) em data de janeiro de 1966 sob o título "Levantamento dos desabrigados pelos temporais de janeiro de 1966 na Guanabara".

Trata-se de um inquérito feito "através de entrevistas diretas com os responsáveis pelos grupos familiares (desabrigados) realizadas pelos Agentes de Coleta do CNE nos dias 15, 16, 17 e 18 de janeiro "nos abrigos nos quais se recolheram as vítimas: escolas, colégios, universidades e outros locais".

A natureza *direta* da inquirição e a *data* em que foi feita, tão próxima da catástrofe e ainda em ple-

nação os seus trágicos efeitos, dão-lhe uma grande "idoneidade estatística".

Procuramos resumir-lo, nos seus dados mais característicos:

Segundo o inquérito, teria havido 8.938 famílias desabrigadas, com um total de 46.081 pessoas, das quais 40.982 recolhidas a abrigos.

O total, tão grande, de vítimas, parece ter sido, na realidade, ainda maior do que o que se apurou. Declara-o o próprio trabalho, quando observa que "o número de pessoas desalojadas (deve ter sido) consideravelmente superior ao que se apresenta, uma vez que muitas famílias já haviam retornado a suas casas ou tomado outro destino, no momento das entrevistas".

Só esse dado basta para mostrar o vulto do desastre, que deve assim ter causado mais de meia centena de milhar de vítimas e não longe de 10 milhares de habitações, total ou parcialmente destruídas.

Entrando com mais minúcias nos números apresentados, verifica-se que das 8.938 residências dadas como abandonadas, um total de 2.446 estavam totalmente destruídas, e o que talvez surpreenda, 993 inundadas.

É interessante também, observar que das habitações abandonadas 5.480 eram de favelas, 3.458 não o eram, o que mostra que, das casas destruídas, quase 40% não estavam em favelas.

Convém observar que, segundo a classificação do inquérito (e evidentemente essa classificação teve que ser imprecisa na sua definição), a destruição se deu em 7.446 barracões (83%) e que o número

de apartamentos afetadas foi de apenas 24, o que indicaria, segundo o inquérito, que "poucas famílias deslocadas dessas habitações procuraram os abrigos". O que leva a crer que maior terá sido o número dos apartamentos afetados, tendo seus habitantes — em geral de maiores recursos — conseguido outros lugares em que se abrigassem.

Se, deixando a classificação por tipo e residência, passarmos a um exame dos efeitos do cataclismo, veremos que o local que mais sofreu foi o morro (ou favela) da Rocinha, onde houve 683 habitações abandonadas com um total de 2.991 habitantes.

Quem conhecia essa favela pode bem concluir, desses números, como foi enorme, nela, a proporção de vítimas.

O segundo bairro mais afetado foi o de Santa Teresa (e isso prova como o sol — e a chuva — caem sobre pobres e sobre ricos) onde houve 380 habitações abandonadas, com uma população total de 1.877 pessoas.

É certo, aliás, que em Santa Teresa o número de habitantes que deixaram suas casas, ou sem procurar abrigos, ou apenas por algum tempo, deve ter sido realmente muito maior.

Um elemento ainda, que o inquérito fornece e é bastante interessante, revela que dos desabrigados cerca de 40% são filiados a Instituto de Previdência, quer dizer, têm trabalho fixo: sendo que nos desabrigados das "favelas" a percentagem dos filiados é de aproximadamente 35%, quer dizer, difere pouco da percentagem geral. O que seria um *indício* de

que, entre os favelados, a proporção de chefes de família com trabalho normal seria quase a mesma que entre a população geral desabrigada, isto é, provavelmente, a população do mesmo nível de vida. O que mostraria que, se as favelas são de fato um refúgio de vagabundos ou marginais (que nelas encontram o anonimato e a clandestinidade de que precisam), nelas existem, em grande escala, pessoas que trabalham normalmente e só as procuram porque aí conseguem morar nos restritíssimos limites dos seus minguados orçamentos.

Se se quiser, poder-se-á ilustrar essa conclusão (ou melhor, esse *indício*) dando os números correspondentes a uma "favela" mais ou menos típica, a da Rocinha, tão vitimada pela catástrofe. Nela os desabrigados se dividiam em 300 com IAPs e 383 sem IAPs (quer dizer, quase a metade com trabalho fixo).

Note-se, aliás, que dos 3.441 filiados a IAPs, a parcela maior, ou seja, 1.800, corresponde ao IAPI (industrialários), quer dizer, de certo modo, o que compreende empregados mais estáveis.

ASPECTOS DO PROBLEMA

Feito, assim, rápido resumo do interessante inquérito do IBGE, vamos referir, mais resumidamente, algumas opiniões que se manifestaram sobre a situação em que a cidade se encontra em relação ao problema das favelas. É de se assinalar, inicialmente, que a atenção foi despertada, quase que exclusivamente, por esse aspecto do problema: o das favelas.

Isso fez com que se deixasse de lado outra face da questão: o pouco preparo *urbanístico* da cidade para receber o impacto de chuvas mais fortes. Sabe-se que, sem atingir as proporções do desastre de janeiro, qualquer chuva um pouco mais intensa enche ruas, paralisa o tráfego, invade casas em inúmeros bairros do Rio de Janeiro.

O fenômeno é de fácil explicação hidráulica. A cidade estende-se em faixa mais ou menos estreita, rodeando o pé dos morros que são o seu encanto (e a sua ameaça...). As águas que descem da montanha e encontram a planície, pela brusca mudança de declives, tendem a subir de nível (num fenômeno semelhante ao chamado ressalto hidráulico); e esse entumescimento provoca enchentes.

Por outro lado, a rede de escoamento de águas pluviais é no Rio extremamente precária: canalizações antigas, instaladas na época em que a cidade, muitíssimo menor, não conhecia esses problemas (ao menos sob essa intensidade), canalizações, por isso mesmo, ou já rompidas, ou entupidas, ou de diâmetro insuficiente, não dão elas passagem às águas das chuvas: e essas acumulam-se na superfície provocando as enchentes.

É tal o estado dessa rede pluvial que, quando o autor deste resumo era Secretário de Viação no Rio e ordenou um desentupimento geral das canalizações pluviais, encontrou nelas as coisas mais estranhas, sendo que até *um barco* foi achado, inteirinho, dentro de um conduto de maior diâmetro!

Finalmente, os aterros que se fizeram à beira-mar. Obrigado o prolongamento das canalizações, tornou indispensável dar a estas o indispensável declive; se elas já desembocavam à altura da maré, seu prolongamento irá abaixo do nível desta, não permitindo escoamento.

A tudo isso se soma — derradeira, mas evidentemente não menor — outra causa da maior importância. As águas da chuva, descendo dos morros — onde nenhuma obra existe para retê-las, drená-las, encaminhá-las — arrastam consigo enorme descarga sólida: terra, pedras, galhos, etc. E todos esses detritos contribuem poderosamente para os entupimentos e as cheias.

HIPÓTESES DE SOLUÇÃO

Dissemos, porém, que as discussões sobre os resultados do temporal de janeiro preocuparam-se, quase que exclusivamente, com o assunto "favela" que nelas apareceu com muita intensidade (aliás, as estatísticas do IBGE por nós citadas mostram que quase 40% das vítimas *não eram faveladas*).

Dêsse ponto-de-vista, as discussões mostram, ao lado de várias, e, algumas, importantes divergências, um acôrdo quase unânime no sentido de *acabar com as "favelas"* removendo os favelados para núcleos habitacionais para eles especialmente construídos.

Dois problemas desde logo apareceram como dos mais sérios: o do modo de pagar, e o da distância.

Quanto ao modo de pagar, o obstáculo à solução está no pequeno nível salarial do "favelado". Nas condições normais de mercado de dinheiro é-lhe praticamente impossível conseguir o necessário para a construção de casas (e as despesas complementares: terreno, urbanização, etc.) sem onerar em 40 ou 50% seu mínguaço salário. Ora, normalmente, essa percentagem é *insuportável* num orçamento familiar adequado.

Quer na França, quer nos Estados Unidos (países de mais recente legislação sobre o assunto) concluiu-se que, sempre que as prestações mensais, para habitação, excedessem 15% do salário, seria necessário um auxílio externo (nos EE.UU., as leis *anti-poverty*, de JOHNSON, sugerem que o governo contribua com o excesso sobre os 15%; e na França a "alocação-aluguel" é da mesma ordem).

Parece, pois, que para uma solução real é indispensável — sob qualquer forma que seja — um auxílio governamental. O Sr. HÉLIO BELTRÃO que, incontestavelmente, foi dos que melhor e mais inteligentemente se pronunciaram sobre o assunto, disse claramente que "a contribuição do Estado no caso é perfeitamente justificável, por se tratar, via de regra, de trabalhadores situados na faixa de menor renda". É certo que ele restringe essa contribuição especialmente a "um ponto de urbanização" (inclusive, acreditamos, o terreno). Mas, como o orçamento de casa que ele adota (Cr\$ 2.300 por habitação "embrião", como ele a chama) parece-nos — e a muitos construtores ouvidos — inferior ao realmente possível, cremos que a

aplicação da regra por ele defendida levaria a uma forma mais ampla de contribuição estatal.

É preciso considerar, também, a questão do modo como entreria o "embrião" habitacional entregue ao morador. Na Vila Kennedy, que conhecemos razoavelmente, a primeira coisa que o "dono" da casa faz não é aumentá-la propriamente: é construir, às vezes até com certo requinte (de natural mau gosto), os muros que as separem dos vizinhos e da rua (as casas na vila são distribuídas sem divisões, umas das outras). Prova isso o desejo da "privacidade". Aliás, o engenheiro responsável pela Kennedy nos disse que outra preocupação freqüente, também, entre os moradores, é a substituição da cobertura por um *telhado* (de *telhas*, mesmo) pois essa é, para eles, a característica indispensável da casa.

Nota-se ainda que as despesas da urbanização (água, esgotos, luz) seriam bastante pesadas em núcleos esparsos, se se usam os clássicos, de canalizações nas ruas. Daí a conveniência das fossas (que na Kennedy esgotam as casas por grupos) e de gás engarrafado para os fogões. Quanto à água, o abastecimento local não é, em geral, fácil; quanto à luz a solução clássica é ainda a adotável.

O segundo problema que se apresenta, na transplantação das favelas, é o da distância. Criar núcleos de habitação muito distantes dos locais de trabalho onera, com o preço do transporte, o orçamento já esgotado do trabalhador (na vila Kennedy, os preços de ônibus eram, em princípios do ano passado, da ordem de Cr\$ 150

— preço normal — por ida ou volta). Por outro lado, amplia o tempo que o chefe da família fica longe dos seus, com duas ou três horas, ou mais, ida e volta, de acréscimo. Com isso, diminui-se a vantagem da casa, como base física da família, afastando o pai do convívio familiar. Observe-se que, por isso, nos estudos sociais já começa a aparecer certa tendência no sentido de calcular (não para oferta de pagamento de salário, é claro) o tempo de trabalho, como compreendendo viagem do trabalhador: casa-local de trabalho, ida e volta.

Em estudo que apresentamos ao antigo Governador do Estado, antes que assumisse o cargo, prevíamos o transplante das favelas pa-

ra a zona de Jacarepaguá com a *construção de um mono-raíl de alta velocidade* que pusesse as vilas criadas próximas às zonas de trabalho.

A solução de fazer da zona de moradia também zona de trabalho, teoricamente muito simpática, é, na prática, de muito difícil realização. A não ser no artesanato, o trabalhador em geral segue o trabalho e não o trabalho ao trabalhador.

Uma derradeira consideração é a da *segregação social* que as vilas "operárias" significam, com a separação urbana das classes.

É um elemento, sem dúvida, a levar em conta; e do qual se esquecem, talvez, a maioria das soluções propostas.